

VINTE ANOS DEPOIS: MULHERES, (HOMO)SEXUALIDADES, CLASSIFICAÇÕES E DIFERENÇAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Regina Facchini

Universidade Estadual de Campinas

E-mail: rfacchini@uol.com.br

Resumo: *Este artigo é fruto de pesquisa etnográfica realizada entre 2003 e 2008, com mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mulheres, na cidade de São Paulo. Tem por foco o modo como a diferença é produzida tanto na distribuição destas mulheres pelos lugares do circuito de lazer noturno em diferentes bairros da cidade quanto nas categorias de classificação mobilizadas para falar sobre a sexualidade. A pesquisa em campo foi conduzida de modo a obter a maior diversidade possível em termos de classe, geração, "raça"/cor e trajetórias e identidades afetivo-sexuais, por meio de observação etnográfica no circuito comercial de lazer paulistano frequentado por estas mulheres e em espaços de sociabilidade privados, complementada por entrevistas em profundidade. O olhar para os resultados revisita alguns dos primeiros olhares teóricos das ciências sociais brasileiras para a temática da homossexualidade, recuperando aspectos que permitem uma aproximação entre algumas destas abordagens e formulações da teoria feminista contemporânea de inflexão pós-estruturalista. A análise retoma os esforços da literatura antropológica brasileira dos anos 1980 em desvendar a articulação entre sexualidade e outras hierarquias sociais, enfatizando a interseção entre diversos eixos de diferenciação social.*

Palavras-chave: *lésbicas; sociabilidade; sexualidade.*

Na quarta-feira, fui ao Vermont Itaim, no projeto “Barracão de Zinco”. Trata-se de um projeto de samba da década de 1930 a 1950. A entrada custava 8 reais e começava às 20h00. No *flyer* dizia: “O barracão é de zinco, mas é nosso”. Depois de passar por pelo menos dois restaurantes chiques e caros, cheguei ao Vermont: o térreo de um prédio, o bar com paredes de vidro escuro, um quiosque de entrada, onde estavam disponíveis fôlderes de divulgação das atividades da Semana da Visibilidade Lésbica, promovida pela Prefeitura e parceiros – entidades do movimento GLBT e empresas. [...] Do mezanino, pude enfim observar o espaço: tudo de madeira, muito bem acabado, cardápio caprichado no conteúdo e apresentação, bar nos dois pisos, decoração cuidada, com pequenos detalhes que faziam a diferença, como os sofás que circundavam algumas das mesas e a iluminação agradável. O atendimento era ágil e os garçons extremamente solícitos trajavam uma roupa típica de malandro, que ajudava a compor a decoração produzida de modo a brincar com a ideia de botequim. Havia alguns homens (um sentado sozinho, mais dois com amigas e outro com uma amiga também), todos de roupa social. Pareciam ter saído do trabalho. [...] A maior parte do público era formado por mulheres brancas na faixa dos 25 aos 35 anos, dividiam-se entre as que aparentavam ter vindo do trabalho (calça social, sapato ou sandália de bico fino e blusinha) e as que lembravam as estudantes da PUC: calça, cabelos lisos bem compridos (às vezes com faixas), blusas bem femininas, acessórios caros e bem colocados e maquiagem leve. Depois percebi que as pessoas por lá gostavam muito de marcas: notei, por exemplo, cuecas e óculos *Dolce* e *Gabbana* e um chamativo terninho da *Cavaleria*.

(diário de campo, agosto de 2007)

A descrição acima é trecho de diário de campo sobre uma das mais elitizadas noites do circuito comercial paulistano voltado para mulheres que gostam de outras mulheres. Em *O negócio do michê*, ao dialogar com os escritos de Martin Levine (1979) sobre a pertinência da aplicação da ideia de *gay ghetto* ao contexto que estudava, Néstor Perlongher (1987, p. 56-57) apontava o início da expansão de uma certa “visibilidade homossexual”, antes restrita às “bocas”, para “bairros de classe média”.

Embora falasse majoritariamente de garotos de periferia que, nas noites do centro da cidade, se engajavam, entre a deriva e o cálculo, em relações heterogâmicas com homens mais velhos, mais brancos e mais ricos, Perlongher não deixou de captar um processo de mudança. De um lado, temos a vivência mais pública da homossexualidade praticamente restrita à “região moral”; a “Operação Limpeza” que, sob o comando do delegado Richetti,¹ visava “limpar as bocas” e reconfigurou o “gueto” homossexual na região central; a predominância da performance ostensivamente viril e da negação de qualquer indicativo de homossexualidade entre os michês. De outro, a presença de ativistas homossexuais nas reuniões do primeiro grupo ativista paulistano – o Somos –, nas manifestações públicas e nos bares mais badalados do centro; a presença dos primeiros “michês gays” na “área da Marquês de Itu” – indicados

¹ Nome que se tornou conhecido nos relatos de antropólogos que estudaram movimentos feminista e homossexual no início dos anos 1980, sobretudo pelo fato de suas investidas sobre o “gueto” terem sido o mote da organização da primeira manifestação pública que levou às ruas ativistas homossexuais, feministas, prostitutas, travestis e apoiadores, em 13 de junho de 1980.

pelo autor como o “estrato médio da prostituição viril”; e a adesão de Richetti e do secretário de Segurança Pública a um discurso pró-assunção e manifestações contidas da homossexualidade, condenando a dissimulação entre travestis e seus clientes e o escândalo entre as “bichinhas” e prostitutas “que fazem *trottoir*”.

Vinte anos depois da publicação do livro de Perlongher cabe, como fizeram Júlio Assis Simões e Isadora Lins França (2005), falar de uma passagem “do gueto ao mercado”, caracterizada pela maior visibilidade do circuito de estabelecimentos frequentados por homossexuais na mídia e na paisagem de lazer noturno da cidade, assim como pela diversificação e segmentação desses espaços.

Além da constituição de um mercado voltado ao público homossexual, pode-se falar também de muitas outras mudanças: se até a época em que Perlongher escrevia apenas uma manifestação pública organizada pelo movimento homossexual havia acontecido, no ano de 2006, os eventos de rua que celebram o Orgulho GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) ocorreram por todo o país, em aproximadamente 118 localidades.² A maior dessas manifestações, a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, levou às ruas, em 2007, na sua 11ª edição, 3,5 milhões de pessoas. O movimento em favor dos direitos de homossexuais cresceu e se diversificou no Brasil, abrangendo agora não só *gays* e *lésbicas*, mas *bissexuais*, *travestis* e *transexuais* (FACCHINI, 2005). Atualmente, existem várias redes nacionais de organizações ativistas no Brasil, sendo que a maior delas, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), contava, no início de 2007, com 157 grupos GLBT afiliados e 57 organizações colaboradoras, espalhados pelas cinco regiões do país.³ As reivindicações do movimento têm-se visibilizado a ponto de suscitar projetos de lei e estimular a formação de Frentes Parlamentares em todos os níveis do Legislativo, e suas estratégias se diversificaram de modo a incorporar a demanda por direitos via legislativo e judiciário e o controle social da formulação e implementação de políticas públicas. A produção de conhecimento em âmbito acadêmico⁴ tem crescido, bem como a “visibilidade positiva” nos meios de comunicação – um exemplo disso é a inserção de personagens homossexuais em boa parte das últimas novelas exibidas em horário nobre. Por outro lado, toda essa visibilidade da temática tem provocado reações conservadoras, das quais os discursos de parlamentares ligados à chamada “bancada religiosa” e os ataques de gangues juvenis a locais de frequência homossexual são apenas exemplos.

² Dado proveniente de consulta ao site da ABGLT – <www.abglt.org.br> –, realizada em 18 de fevereiro de 2007. Dos dados existentes no site da entidade, foram excluídos outros eventos do Orgulho, como seminários e festivais.

³ Dados colhidos em consulta ao site da ABGLT – <www.abglt.org.br> –, realizada em 18 de fevereiro de 2007.

⁴ É possível perceber uma rápida incorporação de temáticas relacionadas à homossexualidade nas pautas dos centros de pesquisas e universidades brasileiras. Sílvia Ramos (2005) relata que uma busca na Plataforma Lattes (banco de currículos de pesquisadores mantido pelo CNPq) usando as palavras “homoerotismo”, “homossexualidade”, “gay”, “lésbica” e “queer” resultou em 3.520 trabalhos, associados a 1.420 pesquisadores. Uma busca semelhante, realizada em junho de 2001, havia encontrado 490 trabalhos associados a 212 pesquisadores.

Nas últimas décadas, temos assistido a um processo muito dinâmico de transformações no que diz respeito ao lugar social da homossexualidade no Brasil: da estigmatização trazida com a epidemia de Aids à onda de visibilidade positiva iniciada em meados da década de 1990, nunca se falou tanto e tão abertamente sobre o assunto, e este é um processo que, pelo que tudo indica, ainda deve-se estender pelos próximos anos. Inseridas nesse processo estão a vivência de práticas homoeróticas e as maneiras e nomes usados para se perceber em relação a elas sendo interpelados por um lugar social cotidianamente construído e disputado por uma gama de atores que se distinguem ou entrelaçam contextualmente a partir de espaços e atividades sociais muito diversificados: Estado, mercado, sociedade civil; operadores do direito e dos saberes médicos, educadores; ativistas GLBT, políticos, gestores públicos e religiosos (FACCHINI, 2005).

A partir de pesquisas realizadas entre os anos 1970 e o início da década de 1980, Peter Fry (1982) identificou a existência de várias formas de classificar a sexualidade masculina no Brasil e a eventual disputa entre elas. Com base nisso, delineou o que cuidadosamente caracterizou como dois modelos ideais – o “tradicional” ou “hierárquico”, que dividiria de modo hierarquizado o mundo masculino a partir da “masculinidade”/“feminilidade” e da “atividade”/“passividade”, e o “moderno” ou “igualitário”, que tomaria por base a “orientação sexual”, colocando os parceiros num plano simétrico. Argumentava, ainda, que o surgimento do modelo moderno estaria “relacionado com toda uma transformação social das classes médias e altas nas grandes metrópoles do país, se não com a própria constituição dessas classes” (FRY, 1982, p. 95) e tinha fortes pontos de conexão com sistemas taxonômicos desenvolvidos no campo da medicina e das ciências psicológicas e psiquiátricas, o que, aliado à sua adoção pelo nascente movimento homossexual brasileiro, ampliava sua possibilidade de adquirir legitimidade e alcance social.

Embora elementos desses dois modelos ideais ainda se façam presentes nos diversos lugares e sujeitos que observei em campo, o contexto enunciado nesta introdução remete à importância de resgatar na abordagem proposta por Fry (1982) dois aspectos fundamentais, também compartilhados por Perlongher (1987). Um primeiro diz respeito à menor preocupação com a demarcação do contraste entre sistemas simbólicos do que com a identificação contextualizada de elementos produzidos num processo de mudança. O segundo remete à preocupação com a coexistência entre sistemas de conhecimento sobre sexualidades e ideologias produzidas sobre raça, idade e outros marcadores sociais de diferença. Tais aspectos oferecem pontos de convergência em relação a correntes teóricas contemporâneas dos estudos de gênero que têm enfatizado o questionamento aos binarismos, à naturalização de diferenças

e aos aprisionamentos identitários, e a abordagem integrada de várias diferenças ou a intersecção entre elas.⁵

Desse modo, ao tematizar a relação entre as mudanças sociais identificadas no início deste trabalho e os sistemas de classificação da (homo)sexualidade, este texto toma por referência uma perspectiva recentemente creditada não só ao trabalho de Fry como de gerações de pesquisadore(a)s brasileiro(a)s. De acordo com essa perspectiva,

o estudo da sexualidade, e especificamente da produção social do dualismo hetero/homossexualidade [...], mais do que um meio de revelar experiências silenciadas, oprimidas e marginalizadas, [é] uma chave para o entendimento das convenções culturais e das estruturas de poder mais amplas (CARRARA; SIMÕES, 2007, p. 76).

Inspirado por esta perspectiva, este trabalho se detém sobre material produzido entre 2003 e 2007, a partir de observação etnográfica em locais de frequência de “mulheres com práticas homoeróticas”⁶ e de um conjunto de 36 entrevistas em profundidade com mulheres de 18 a 50 anos residentes na Grande São Paulo, cujo critério de constituição foi buscar a maior diversidade possível em termos de idade, inserção socioeconômica, trajetória afetivo-sexual e classificações relativas à sexualidade. As intersecções entre múltiplos eixos de diferenciação, especialmente gênero, sexualidade, classe e idade, são exploradas, levando em conta a ideia de que não se trata de campos distintos de experiência, isolados uns dos outros ou simplesmente justapostos, mas que existem concretamente *em* e *através* de relações com cada um dos outros (McCLINTOCK, 1995).

Na primeira parte, com o intuito de contextualização, este texto oferece um breve mapeamento dos locais de frequência dessas mulheres no circuito comercial voltado a homossexuais em São Paulo.⁷ Em seguida ao mapeamento, apresenta uma análise das categorias de classificação acionadas nas entrevistas em torno da temática da sexualidade, de modo a permitir um diálogo com a ideia da existência e

⁵ Refiro-me aqui mais especialmente aos estudos de gênero que se tem convencionado agrupar como “pós-estruturalistas”. Entre as autoras e trabalhos que enfatizam a preocupação com a intersecção entre marcadores sociais de diferença, estão Haraway (2004), Butler (2002), McClintock (1995) e Brah (2006).

⁶ No que diz respeito à definição conceitual da população e à operacionalização dessa definição na identificação de participantes para a pesquisa, a escolha da categoria *mulheres com práticas homoeróticas* procurou evitar os problemas relativos à possibilidade de descompasso entre comportamentos e identidades sexuais, garantir a maior diversidade possível na composição do conjunto de entrevistas e possibilitar que a questão mais complexa da identidade, sua relação com as práticas e seu impacto sobre o problema estudado pudesse ser compreendida a partir da perspectiva dos sujeitos sob estudo. Todavia, trata-se de uso instrumental e atento ao risco atribuído à ideia de HSH (homens que fazem sexo com homens) de “dissolver a questão da não-correspondência entre desejos, práticas e identidades numa formulação que recria a categoria universal ‘homem’ com base na suposta estabilidade fundante do sexo biológico” (CARRARA; SIMÕES, 2007, nota 35).

⁷ Essa escolha se justifica pelo fato de que, mesmo tendo dispersado ao máximo a busca de entrevistadas, tais espaços tenham-se mostrado de referência coletiva, sendo citados em todas as entrevistas. A forma como emergem como lugares nas narrativas, no entanto, varia sensivelmente de acordo com as razões apontadas para a ida aos estabelecimentos, o tipo de frequência e as opiniões sobre eles. A época em que o contato com o “gueto”, ou a frequência a ele, se deu, tanto a partir da história individual ou das transformações ocorridas no “gueto”, também são elementos que moldam a maneira como esses espaços aparecem nas entrevistas.

disputa de diferentes sistemas de classificação da sexualidade, notadamente um em que a "orientação sexual" das parceiras seria o mais relevante para a classificação e outro em que os atributos de gênero e a atividade ou passividade seriam tomados como mais relevantes.⁸

No circuito: uma primeira aproximação

Embora de dimensões mais reduzidas quando o comparamos com o circuito de estabelecimentos de presença majoritariamente masculina, o circuito que se constitui a partir dos deslocamentos de mulheres que gostam de outras mulheres pelo espaço da cidade também parece ter acompanhado o movimento mais geral de expansão e diversificação do antigo "gueto" homossexual. O emaranhado de "itinerários" construídos marca e atribui sentidos ao espaço da cidade, pontilhado por "lugares", espaços marcados pelos significados que lhes são atribuídos pelos sujeitos. Esse circuito, que ganha sua concretude contingente a partir dos sujeitos, aparece então povoado por "lugares" que podem ser percebidos a partir das diferenças que marcam a frequência: há lugares preferidos pelas mulheres mais velhas, pelas muito jovens, lugares marcados por uma frequência mais popular e outros mais elitizados, os frequentados por garotas *modernas* ou por *minas do rock*, os predominantemente frequentados por mulheres que constituem casais num padrão *fancha/lady* e os que têm como pares predominantes casais de mulheres *femininas*. Assim, ainda que as dimensões deste circuito sejam reduzidas, e a circulação de informações sobre ele seja mais restrita quando se compara ao que se constrói a partir dos "itinerários" dos homens que gostam de outros homens, é importante enfatizar uma considerável diversidade interna.⁹

Mapear, ainda que parcialmente, esse circuito, de modo a propiciar uma primeira aproximação em relação aos sujeitos em torno dos quais se constitui essa pesquisa, não é uma tarefa muito simples. Longe de poder dar conta dos "itinerários", muitas

⁸ Neste artigo, adota-se como convenções a utilização de grafia em itálico para termos êmicos e estrangeirismos. Expressões nativas mais extensas citadas no decorrer de parágrafos estão indicadas por aspas. Conceitos e classificações aproximativas feitas pela autora ou por autores citados aparecem entre aspas. Pela brevidade e pelo nível de generalidade da descrição dos espaços, optei por fazer uso das categorias do IBGE para a referência de *cor/raça* e de categorias como "masculina" e "feminina" para referir atributos de gênero. As categorias êmicas são abordadas mais detalhadamente em tópicos específicos.

⁹ O uso das noções de "itinerário" e "lugar" neste trabalho toma de empréstimo as reflexões de Alexandre P. Vega (2007), acerca das dificuldades implicadas no emprego da família epistemológica formada pelos conceitos de "pedaço", "trajeto", "mancha", "pórtico" e "circuito" (MAGNANI, 2002) e a combinação do modo como tais noções são elaboradas por Augé (1994) e Leite (2002). O uso da noção de circuito advém da concepção nativa de um "circuito GLS", mas a extensão do campo não permite a utilização feita por Vega (2007, p. 34) – "lugares unidos simbolicamente e visitados frequentemente" por pessoas que compartilham um estilo – nem a justaposição do "GLS" – gays, lésbicas e simpatizantes –, visto que essa classificação remete à constituição de um mercado internamente diferenciado a partir dos anos 1990, integrado a uma noção de "visibilidade positiva" comum ao mercado GLS e ao movimento GLBT (SIMÕES; FRANÇA, 2005) e nem todos os espaços se encaixam nessas características, especialmente os estabelecimentos situados no Bixiga, "gueto lésbico" identificado por Perlongher (1987). Falar num circuito "lésbico" também não seria viável, pois muitos espaços são de frequência mista, e muitas entrevistadas rejeitam essa categoria. Provisoriamente falo num circuito, sem maiores qualificações.

vezes “longos e não contíguos”, e da fluidez resultante das “contingências materiais e simbólicas que marcam as escolhas” (VEGA, 2007, p. 33-34), parto de algumas diferenciações que emergem da observação. Desse modo, opto por um recorte do circuito comercial, delimitado por regiões da cidade em que a trama formada pelo entrecruzamento dos diversos itinerários descritos pelas entrevistadas se torna mais densa, abrindo mão da riqueza que poderia ser propiciada pela inclusão de espaços de sociabilidade como reuniões domésticas, bares ou campinhos de futebol próximos aos locais de moradia, terreiros de umbanda, tendas de candomblé e outros lugares que constituem os itinerários mais particulares de cada uma das mulheres ou redes que colaboraram com esta pesquisa. A distribuição dos estabelecimentos no espaço da cidade e a sua constituição em “lugares” por parte das entrevistadas indicam a presença de um público com diferentes características de idade, classe, atributos de gênero, maneira de se vestir e formas de classificar a sexualidade e constituir parcerias. O poder de consumo das frequentadoras também ajuda a caracterizar esses espaços, além da organização, decoração e programação direcionadas à atração de determinado público.

O agrupamento dessas características permitiu a delimitação do que chamei provisoriamente de áreas e subáreas. Delimitei, assim, duas áreas que se encontram em espaços situados de modo distinto na geografia política da cidade (centro velho x bairros de classe média). Nessas duas áreas, diferenças de classe, raça e idade e diferenciações baseadas em gênero e sexualidade serviram de base para a delimitação de subáreas, que talvez pudessem corresponder à ideia de “territorialidades” em Perlongher (1987).

Na área do centro velho, as fronteiras espaciais dessas territorialidades são mais claras, dividindo os estabelecimentos situados no entorno da praça da República e os situados entre a praça Roosevelt e o Bixiga. Nesta área, o público é mais preto/pardo e mais pobre, e o estabelecimento de parcerias heterogâmicas é mais comum que nos estabelecimentos situados nos bairros de classe média. A subárea do Bixiga caracteriza-se pela presença majoritária de mulheres de um leque de idade mais amplo – dos 20 e poucos aos 40 e poucos, concentradas na faixa dos 30 anos –, bem como pelo seu menor poder de consumo, maior presença de pretas e pardas, assim como pela formação de pares a partir da diferenciação de atributos masculinos e femininos. Os estabelecimentos dessa subárea apresentam menor investimento em infraestrutura e oferecem programação bem menos articulada a um estilo *gay* presente entre rapazes de estratos populares que frequentam a subárea da República, marcado por uma estética associada às *drag queens*¹⁰ e pelo que nos anos 1980 se costumava denominar de “fechação”. Nos estabelecimentos do Bixiga, ouve-se *funk*

¹⁰ Segundo França (2006, p. 59): “o termo designa homens que criam um personagem travestindo-se de mulheres, em determinadas ocasiões sem necessariamente transformar o corpo de forma definitiva e enfatizando o exagero da composição, ao incorporar personagens femininas de forma debochada”.

carioca, axé, samba, MPB e sertanejo romântico, com menor presença de uma versão popular de música eletrônica – o *house* com vocais femininos chamado de *drag music*. Na subárea da República, mais marcada pela presença de estabelecimentos de público majoritariamente masculino, predomina esse último estilo musical. Os poucos estabelecimentos de frequência mista de homens e mulheres nessa subárea são frequentados por mulheres de até 30 anos e com um poder de consumo um pouco maior.

Algo um pouco diferente dessa descrição geral ocorre em dois estabelecimentos: o Repertório Bar e a Gruta. O primeiro situa-se próximo à praça Roosevelt, na subárea do Bixiga, e apresenta um grau um pouco maior de sofisticação nas instalações e programação, mais voltada à MPB do que a estilos musicais mais comerciais ou populares, o que parece estar sob o impacto de estratégias de “revitalização” do centro da cidade, assim como a multiplicação dos bares e teatros na praça. O segundo situa-se nas imediações da praça da República: é uma boate que combina traços de estilos associados à “negritude”, como o *black* e o samba, às características mais sexualizadas da região – marcada pelos muitos locais de prostituição e estabelecimentos *gays* com espaço para trocas sexuais. A programação da boate traz um repertório musical baseado no samba e na *black music* e inclui shows de *strip-tease* de mulheres para mulheres.

O modo como diferenciações em torno de gênero e sexualidade aparecem na área do centro velho remete a recortes de classe e geração. Entre as mais velhas, a distinção entre “masculinas” e “femininas” parece mais rígida, aderindo a padrões mais tradicionais. Entre as mais jovens, nem sempre há valorização da composição do par “masculina”/“feminina”, especialmente entre as que frequentam os bairrinhos da República e também circulam pelos estabelecimentos situados em bairros de classe média.

Onde existe a valorização do par “masculina”/“feminina”, sobretudo nas boates locais, percebe-se que o recorte geracional vem acompanhado de significativa diferença nas masculinidades. As que se poderiam incluir num perfil mais tradicional geralmente são mulheres com mais de 30 anos e trajam camisa de botão, calça social ou *jeans*, sapato, têm cabelos curtos com formas angulares e usam cores sóbrias. Essa aparência vem acompanhada de uma gestualidade e comportamento também característicos: elas têm o andar mais duro e gestos pausados e contidos, pouco dançam ou mal se movimentam ao dançar, ficando a maior parte do tempo, quando em atitude de paquera, nos cantos da casa observando o movimento ou próximas à mesa de bilhar, sempre com uma bebida na mão. Também são essas mulheres que mais ocupam a “sinuca” e as que mais parecem levar a sério o jogo, com tacadas estudadas e ar compenetrado.

Por outro lado, as mais jovens, na faixa de até 20 e poucos anos, têm um estilo mais parecido com o de rapazes da “periferia”: usam calças jeans largas, tênis de skatista ou de jogador de basquete, camisetas coloridas largas, algumas com correntes unindo os bolsos da frente e traseiros da calça, similares às utilizadas por rapazes para compor um estilo *black*, *piercings* no queixo e sobrancelha e tatuagens. Essas garotas têm um gestual consideravelmente mais solto, movendo-se com desenvoltura pela pista de dança, fazendo lembrar o modo como rapazes dançam ritmos como *black music*, samba ou axé em bailes populares. Para elas, o momento da dança é um espaço privilegiado da paquera. Podem ter ou não o cabelo comprido, mas, se tiverem, ele geralmente estará sob o boné, um item que parece essencial na composição do estilo, que sugere uma adaptação do vestuário e do gestual dos rapazes associados ao *hip hop*. Entre as que têm cabelos curtos, há também a possibilidade de que estejam cuidadosamente arrumados, deixando topetes e/ou os fios arrepiados, ou dando a impressão de estarem bagunçados.

O perfil das mulheres que se fazem acompanhar pelas “masculinas” varia menos claramente em termos geracionais, sendo muitas vezes só um pouco mais discreto entre as mais velhas, as mais gordinhas e entre algumas das que estão acompanhadas. São mulheres cuja vestimenta e gestualidade poderiam ser classificadas como “femininas”, vestindo calças *jeans*, bermudas, *shorts* ou saias sempre justos, blusinhas coladas ao corpo e decotadas, muitas vezes deixando a barriga à mostra. Nos pés, sapatos ou botas de salto e sandálias. O visual se completa com brincos e colares que chamam a atenção em meio aos cabelos sempre longos, muitos tingidos de loiro ou alisados e arrumados de modo a parecerem mais lisos. Essas mulheres parecem beber menos e, em geral, dançam com muita desenvoltura e de modo a explorar uma “sensualidade feminina”, que parece inspirada nas performances de dançarinas de axé ou de *funk* carioca, passistas de escola de samba e nas *sex symbols* dos vídeos-clipes de *black music* norte-americana.

Assim como a dança e a cuidadosa composição do visual, a gestualidade parece por vezes fruto de um treinamento. Isso é especialmente notável nos pares mais jovens. Se entre as “femininas” a dança e os gestos são minuciosamente marcados por características como delicadeza e sensualidade, entre as “masculinas”, o olhar, o jeito de parar o corpo, de posicionar as mãos e a cabeça, de bater o cigarro ou segurar a bebida também parecem, muitas vezes, fruto de algum tipo de treinamento cuidadoso. Nessa direção, as danças em pares, além de um momento privilegiado de paquera, colocam em ação verdadeiras performances teatrais, em que se nota não só o investimento em aprender a coreografia – é impressionante como as garotas na faixa dos 20 anos dançam bem nesses espaços – como também em encenar machos fortes e galantes e fêmeas sensuais e fatais. A valorização da performance na dança faz com que esta se torne item especial da programação, com concursos de dança em

meio ao show da *drag*, que normalmente atua como se fosse uma apresentadora engraçada de um programa de variedades. Nesses concursos, que acompanhei algumas vezes na Gruta, são chamadas ao palco “masculinas” e “femininas”, que são entrevistadas e convidadas a dançar: para as “femininas”, toca-se samba, axé ou *funk* e, para as “masculinas”, *black music*, para não *ferir a masculinidade*. As donas das performances mais perfeitas ganham aplausos e brindes, além de popularidade.

Nas boates frequentadas por mulheres no centro velho, as parcerias estabelecidas são orientadas quase exclusivamente segundo o padrão “masculina”/“feminina”, com raras variações que admitem “feminina”/“feminina”, mas nunca o par “masculina”/“masculina”. Gramáticas corporais ou performances de gênero ambíguas ou que sejam menos marcadamente estilizadas para compor um par que combina “masculino” e “feminino” não são valorizadas e não parecem despertar atração ou interesse erótico.

A área majoritariamente marcada por frequência de mulheres provenientes de estratos médios estende-se por bairros que, em pesquisas demográficas, aparecem entre os que concentram as maiores rendas médias no município: Pinheiros, Jardins, Vila Madalena e Itaim Bibi. Estes bairros abrigam circuitos de lazer noturno variados, que não se restringem à frequência homossexual, reunindo uma gama de bares e boates bastante diversificados. Os estabelecimentos frequentados por mulheres podem ser divididos, de maneira geral, entre boates, voltadas à paquera e à busca mais agressiva de parceiras, e bares, onde o comportamento de paquera é menos explícito e nota-se maior presença de casais e de mulheres mais velhas em relação às boates. Os ambientes são bem mais cuidados na infraestrutura e na decoração do que os observados na área central, e os preços são bem menos acessíveis.

Nos estabelecimentos dessa área, os estilos são bem mais delimitados, fazendo coincidir gírias, indumentária, preferência por cortes de cabelos, tipos de maquiagem, tipos de música e até visões políticas e valorização de campos de atuação profissional. Há uma primeira subdivisão que abrange bares e boates frequentados por mulheres de classe média e média baixa, com um leque mais variado de idade (de cerca de 20 anos a cerca de 40 e poucos anos) e que são menos marcados por estilos específicos. As parcerias estabelecidas tendem a ser homogênicas, especialmente no que diz respeito a atributos de gênero. A frequência tem predominância de mulheres brancas, e a música passa por MPB, samba, *flashback* – onde “*hits gays*” ganham prioridade – e pelo tipo de música eletrônica associado às boates *gays* que recebem um público de estratos médios.

Outra subdivisão inclui os itinerários marcados por menor contiguidade espacial, traçados por jovens pertencentes a dois diferentes estilos: as *modernas* e as *minas do rock*. As *modernas* concentram-se na faixa dos 20 e poucos anos e baseiam seu visual

em referências predominantemente europeias. Valorizam a androginia e profissões na área de artes, moda e produção cultural, e gostam de variações de música eletrônica de caráter menos comercial ou mais experimental ou de *rock* britânico. As *minas do rock*, integrantes de uma cena internacional conhecida como *riot grrrl*, são um pouco mais jovens, organizam-se numa rede não muito permeável de meninas de 14 a 20 e poucos anos, e conectam-se a roteiros internacionais como Portland e outras cidades dos Estados Unidos. As referências do estilo vêm da cena *punk rock* norte-americana, e a adesão a discursos políticos parece acompanhar outras vertentes da cena *punk*. Assim, a versão de feminismo das *minas do rock* se opõe ao “machismo” da cena *punk* e estabelece entre elas um tipo de “fraternidade feminina” que tem nas relações sexuais e afetivas entre mulheres sua expressão mais valorizada. Entre elas, todas as modalidades de composição dos pares por atributo de gênero são valorizadas, inclusive pares “masculina”/“masculina”, criticados ou impensáveis em qualquer outra rede. Outro ponto de frequência jovem é a região da rua da Consolação, nos Jardins, reduto de homossexuais de classe média e de *modernos* e *descolados* dos anos 1990 a meados de 2000, atualmente frequentado por adolescentes de classe média baixa e popular de vários estilos, e descritos por França (2007) como “quase-modernos”, em referência à menor habilidade em compor os elementos dos estilos em relação a seus pares de classe média. Assim como na rua Vieira de Carvalho, na República, as imediações do Bar do Bocage nos Jardins são marcadas pela paquera de rua. As meninas são bem mais numerosas do que no centro, os pares são majoritariamente compostos por “femininas”/“femininas” e por andróginas, e a “pegação” é feita em público.

Na Bubu, que tomamos aqui como um exemplo do conjunto de lugares de frequência mais elitizada, não marcado por estilos específicos, a observação do público permite afirmar que, além de haver uma presença equilibrada de homens e mulheres, há uma mistura de estilos. A maioria das mulheres tem por volta dos 20 anos, mas é possível encontrar algumas com mais de 30 e até 40 anos. Entre elas, há as que usam tênis, camiseta e calças *jeans*, as que trajam vestidos vaporosos e saltos altos, as que vestem calças *jeans*, saltos e blusinhas superdecotadas, algumas lisas e/ou com brilhos, outras estampadas. Entre as brancas, muito cabelo comprido e liso, brincos grandes. Entre as pretas e pardas, em geral, os cabelos evidenciavam o uso de alguma química: cabelos tingidos em tons mais claros ou vermelhos e também cabelos alisados ou com escova. Há também uma presença discreta de meninas de performance mais masculina, evidenciada pelo uso de bonés, cabelos curtos e camiseta, mas que não se assemelha ao tipo de composição masculina das mulheres do centro: as roupas e postura não têm o efeito de ocultar atributos femininos, como acontece entre algumas frequentadoras da área central, que poderiam ser tomadas como homens por observadores incautos. A maioria dos frequentadores é branca, mas o número de mulheres pretas e pardas é superior ao de homens. Também há

uma quantidade expressiva de “orientais” de ambos os sexos. Os seguranças, por outro lado, são todos pretos ou pardos.

A interação se dá basicamente entre pessoas do mesmo grupo, já o contato entre grupos ocorre a partir de determinadas regras e visa unicamente à paquera. No entanto, se o sexo das pessoas é mais fácil de antever nesse espaço, é difícil inferir a sua “orientação sexual” pela observação da indumentária e performance de gênero, dado que também é um lugar em que há presença de mulheres heterossexuais. Se as variadas parcerias eróticas acontecem, numa aparente fluidez de “orientação sexual”, ressalta-se o caráter visivelmente homogâmico da maior parte dessas parcerias, a começar pelo traço de poder de consumo que parece permitir a aparente “democracia” de estilos – a entrada no sábado custa R\$ 40,00. Além disso, os grupos e casais são formados a partir de idades semelhantes, e as mulheres mais valorizadas são as que possuem uma performance mais feminina, paqueradas por outras de performance parecida.

O traço acima constitui um aspecto importante quando pensamos na dinâmica de parcerias que se dão nos diferentes espaços: entre os vários contrastes que poderiam ser estabelecidos entre os locais de frequência popular e os marcados pela presença dos estratos médios ou médios-altos vale a pena observar uma tendência ao estabelecimento de relações homogâmicas na porção do circuito situada nos bairros de classe média e a significativa presença de parcerias heterogâmicas nos espaços do centro. Nessa direção, essas descrições corroboram o observado por outros estudos realizados recentemente em São Paulo, como os de Isadora Lins França e Júlio Assis Simões:

O Centro Antigo aparentemente absorve uma camada da população homossexual menos valorizada pelos padrões globalizados de estética, consumo e estilo de vida homossexual: congrega homens mais velhos, gordos e peludos, lésbicas “masculinizadas”, michês, travestis, e homossexuais considerados afeminados. Também se caracteriza pelo menor poder aquisitivo do seu público, o que se pode aferir facilmente diante dos menores preços cobrados pelas casas noturnas. [...] Assim, em muitos sentidos, a “mancha” de frequência homossexual Jardins-Paulista define-se de modo oposto à do centro da cidade. Entretanto, apesar de ser possível traçar uma oposição entre as duas “manchas”, não se pode delinear fronteiras absolutas entre ambas, pois *“mesmo dentro de cada uma há diferenças notáveis de categorias e/ou serviços, bem como considerável movimento de circulação e trocas entre elas”* (SIMÕES; FRANÇA, 2005, p. 329). Além disso, as duas “manchas” não conseguem abarcar, em termos territoriais, toda a variedade de espaços de sociabilidade homossexual, mesmo que os padrões nelas identificados se espalhem para além de um espaço fixo. (FRANÇA, 2006, p. 48)

Se, ao observarmos os diversos lugares constituídos nesse circuito é possível delinear alguns estilos, aparências, comportamentos e categorizações relacionados a gênero e sexualidade, só podemos perceber com maior profundidade como mulheres

de diferentes estratos socioeconômicos e idades lidam com isso, a partir de seus discursos. Apesar da importância do circuito e de seus vários lugares para fazer circular categorias e cristalizar, ainda que temporariamente, determinados estilos e padrões de comportamento, há mulheres que não se inserem neles ou têm contatos muito pontuais com alguns dos estabelecimentos mencionados. Assim, embora instigantes por si só, os dados obtidos a partir da observação em campo ganham em amplitude e densidade ao nos debruçarmos sobre o material das entrevistas.

Classificações, sujeitos e diferenças

As categorias usadas para classificação dos próprios sujeitos e dos “outros”, embora rica fonte para a percepção das convenções sociais mobilizadas não só no circuito como na vida cotidiana dessas mulheres e das relações de poder estabelecidas de modo mais ou menos contingente, são aqui propositalmente analisadas em separado. Se a descrição dos espaços de interação no circuito já, através de recortes do espaço e do tempo, produz algo como uma colagem de instantâneos que captam apenas o que foi colocado em foco, a fixação de categorias apenas colaboraria para emprestar às situações, lugares e sujeitos, uma falsa impressão de substância. Apesar de haver regularidades no uso de categorias, e de tais regularidades, assim como as exceções, fornecerem material para análise, isso não permite falar em identidades estáveis e completas e muito menos em tipos substantivos ancorados a determinados espaços, risco apontado por Gupta e Ferguson (2000) na sua crítica a uma identificação rígida entre espaços e identidades.

Nas entrevistas, de modo geral, o uso das categorias para autoclassificação varia não só de acordo com a situação referida, mas também com a relação construída entre tais categorias e outras, das quais a entrevistada procura, de algum modo, aproximar-se ou diferenciar-se. Essa variação remete a algumas aproximações teórico-metodológicas que orientam o olhar para o material. Uma primeira referência é o tratamento dado por Perlongher (1987) às dezenas de categorias que compilou seguindo o *trottoir* de michês e de seus clientes pelas ruas do centro de São Paulo. O fato de que não tenha sido possível em minha pesquisa acompanhar o deslocamento de tantos sujeitos por tantos e tão variados lugares certamente traz limitações, mas não me impediu de perceber o que procuro traduzir me apoiando na abordagem de Perlongher. Em primeiro lugar, nota-se a existência de diversos “códigos”, formados por dados conjuntos de categorias mobilizadas nas entrevistas, que podem variar de acordo com os territórios físicos delimitados pelo modo como determinados conjuntos de sujeitos constroem seus itinerários no circuito. Não me impediu de perceber também que os “códigos” remetem a diversos “eixos de diferenciação” ou “marcadores sociais de diferença” e que, não só ocorrem deslocamentos na posição ocupada pelos sujeitos no interior das categorias de um mesmo “código”, como

o deslocamento espacial produz classificações diferentes para um mesmo sujeito, muitas vezes a partir de diferentes “códigos”.

À valiosa contribuição de Perlongher para pensar de modo dinâmico as relações entre sujeitos, categorias classificatórias, tempo e espaço, gostaria de aproximar outras contribuições trazidas por autoras contemporâneas no campo dos estudos de gênero. Em primeiro lugar, parece bastante adequado o modo como a noção de sujeito vem sendo trabalhada a partir da crítica às concepções humanistas de sujeito (unificado, racional, centrado na consciência e universal), chamando a atenção para a ideia de que o sujeito não existe como um dado, mas como uma produção, fragmentada e constantemente em processo, ao mesmo tempo social e subjetiva (BRAH, 2006).

Aproximo, também, a referência feita no início deste texto à formulação de Anne McClintock (1995) que toma classe, raça e gênero como campos articulados da experiência, que existem concretamente *em* e *através* de relações com cada um dos outros, não se tratando de tomá-los como redutíveis uns aos outros ou idênticos, mas de reconhecer que existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias. Uma contribuição semelhante é trazida por Avtar Brah (2006), que operacionaliza o conceito de “interseccionalidade”¹¹ pela ideia de “diferença” como categoria analítica, tomando diferença de modo não essencial, mas como categoria que remete à designação de “outros”, a fim de estudar “as inter-relações das várias formas de diferenciação social, empírica e historicamente, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante” (BRAH, 2006, p. 331-332), tentando evitar o perigo do “reducionismo”. O esquema analítico proposto por Brah não privilegia um nível macro ou micro de análise, procurando articular relações sociais, posições de sujeito e subjetividades, a fim de compreender a dinâmica de poder da diferenciação social sem ofuscar a dimensão da “agência”.

Para tanto, a experiência e a formação do sujeito não são tomadas como dadas, mas como algo sempre em processo. A experiência, entendida como processo de significação que constitui o que chamamos de “realidade”, é o lugar da formação do sujeito a partir de processos simultâneos de “inscrição” e “atribuição”, através dos quais “o sujeito *acquire* significado em relações socioeconômicas e culturais no mesmo momento em que atribui significado dando sentido a essas relações na vida cotidiana” (BRAH, 2006, p. 362). As relações sociais, que são constituídas e operam em todos os lugares de uma formação social, são o espaço em que a diferença ocorre e se organiza em relações sistemáticas por meio de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais. É onde a sistematicidade atravessa as contingências. A subjetividade, cujos processos de formação são ao mesmo tempo sociais e subjetivos,

¹¹ Avtar Brah e Ann Phoenix (2004) definem o conceito de “interseccionalidade” como designando os efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que se seguem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e experienciais – se intersectam em contextos históricos específicos.

é marcada pela multiplicidade, contradição e instabilidade. No entanto, a identidade é o processo pelo qual a subjetividade é significada como “tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como o ‘eu’” (BRAH, 2006, p. 371).

Se a operação de diferenças demarca lugares e permite esboçar territorialidades no espaço da cidade, no plano dos discursos, que mobilizam processos de significação inscritos nas relações sociais e na experiência cotidiana, a análise das classificações permite, além de situar categorias mais utilizadas em determinados espaços ou segmentos, circunscrever convenções mobilizadas e um campo de questões significativas na constituição de diferenciações e hierarquias, matizando um pouco a aparência de homogeneidade interna e a oposição entre as territorialidades delineadas na descrição do circuito.

Dispersão de categorias: buscando eixos

Dados produzidos a partir de pesquisa quantitativa na Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (CARRARA et al., 2006, p. 26-27), no ano de 2005, apontavam que, entre o(a)s entrevistado(a)s que declaram manter algum tipo de classificação não heterossexual a partir de sua sexualidade, além de a categoria *gay* ser a mais citada – sendo utilizada tanto por *homens* e *mulheres homossexuais* quanto por *pessoas trans*,¹² havia maior diversidade nas categorias utilizadas por mulheres homossexuais e trans do que nas assinaladas pelos homens homossexuais. Entre as mulheres que se identificaram a partir de alguma categoria relacionada à homossexualidade, excluídas desse grupo as que se declararam bissexuais, havia a seguinte distribuição: 5,2% se identificaram como *gays*; 66,9%, como *lésbicas*; 15,1%, como *entendidas*; e 12,8%, como *homossexuais*.

Uma explicação plausível para a maior dispersão de categorias entre as mulheres, evidenciada na pesquisa da Parada, é oferecida por Vange Leonel, observadora atenta desse universo, num texto chamado “Nem lésbica, nem bolacha, nem sapatona, nem entendida”, publicado em 2003 no *site* GLS MixBrasil, no qual argumenta que a “invisibilidade das lésbicas” aparece, entre outras coisas, relacionada à ausência de um termo específico, “pra cima” e de fácil assimilação, como foi o caso do termo *gay*.

Antes de nos determos com mais atenção nessa dispersão de categorias, gostaria de explorar outros elementos do referido texto que sinalizam algumas das condições

¹² A divisão nas categorias “homem homossexual”, “mulher homossexual” e “pessoas trans” derivam de procedimento metodológico utilizado nessa e em outras pesquisas realizadas em paradas no mesmo período que combina as variáveis “sexo” e “identidade autoatribuída”, constituindo categorias mais abrangente, agrupadas sob o nome de “sexualidade agregada”.

associadas ao uso de categorias de classificação entre as mulheres entrevistadas. Uma primeira, diz respeito ao fato de que os termos socialmente mais difundidos, tais como *lésbica* e *homossexual*, são percebidos a partir de significados que remetem ao estigma – “doença”, “coisa errada” – ou a uma fonte distante e no mínimo suspeita – “formalidade”, “politicamente correto”, “muito científico”. Termos êmicos e estratégias de ressignificação de termos correntes, no entanto, circulam pelas redes de sociabilidade muitas vezes bastante específicas e sem grande poder de difusão, que podem ser delimitadas por características socioeconômicas e geracionais, uma vez que nem sempre constituem estilos de vida com nome e características muito bem estabelecidas:

É claro que eu e mais meia dúzia de pessoas sabemos que a palavra “lésbica” se refere à ilha de Lesbos, onde morava a genial poeta Safo, amante de mulheres. Para nós, o termo não é pejorativo. Mas, para o grosso da população, a palavra “lésbica” e todos os seus equivalentes (sapa, sapatão, machona etc.) estão carregados de significados nada lisonjeiros.

É verdade que gays e lésbicas brasileiros já inventaram termos para dignificar e aumentar sua autoestima como, por exemplo, “entendido” e “entendida”. Porém, “entendido” e “entendida” são memes em vias de extinção, provavelmente por terem sido muito usados numa época em que se vivia dentro do armário. Assim, os “orgulhosos assumidos” acabaram preferindo a palavra importada “gay” e as lésbicas (apesar de algumas recorrerem ao genérico “gay”) ficaram órfãs de um termo mais “alegre” e específico.

Há alguns anos inventaram a palavra “bolacha” [...] para designar as lésbicas. Além de lembrar algo gostoso (bolacha como guloseima), o termo pode ser interpretado também pelo seu conteúdo mais agressivo e masculino (bolacha como tapa). Apesar de ter-se espalhado modestamente, o meme “bolacha” ainda se encontra restrito a um meio *clubber* de jovens garotas urbanas.

Assim como sugerem os termos “época”, “jovens”, “clubbers”, “assumidos” e “grosso da população”, a comparação do amplo leque de classificações mobilizadas pelas entrevistadas para se referirem ao fato de “gostar de outras mulheres” e às mulheres mais ou menos desejáveis ou identificáveis consigo mesmas trouxe à tona, num primeiro olhar, variações relacionadas com a idade e com a participação em determinadas redes, que podem ou não definir estilos. Saltam aos olhos também outras características, tais como: escolaridade, bairro de moradia e tipo de ocupação que remetem à ideia de estratificação social. Desse modo, as diferenças nas categorias e elementos selecionados para compor a classificação variam mais expressivamente quando comparamos o conjunto de categorias mobilizadas por jovens que poderiam ser situadas a partir da inserção em estratos médios e mulheres acima dos 35 anos situáveis nos estratos populares.

Nessa direção, as mais jovens (18 a 30 anos) e associadas a estratos médios são as que mais frequentemente citaram locais de lazer, sociabilidade e paquera onde

encontram outras mulheres que gostam de mulheres, inclusive aqueles do circuito comercial anteriormente descrito. Apesar de conhecerem vários bares e casas noturnas, suas referências são limitadas a locais de frequência de estratos médios e, muitas vezes, restritos a determinados estilos de vida. As categorias mais citadas para autotranscrição entre essas mulheres são bastante diversificadas, refletindo, muitas vezes, as redes e partes do circuito pelas quais circulam. Desse modo, temos *sapas*, *dykes*, *gays*, *sapatões* e *lésbicas* entre as que não tiveram experiências sexuais ou afetivas com homens, aquelas que não as consideram significativas em sua trajetória ou as que não vislumbram a retomada de relações heterossexuais no futuro. Temos também *bissexuais* e o uso de categorias descritivas como *gosto de mulheres* ou *gosto de meninos* e *meninas*, entre as que têm ou vislumbram a possibilidade de voltar a ter sexo com homens e entre as que não querem “restringir possibilidades futuras” ou acham os rótulos muito *limitantes* ou *restritivos*. Vale enfatizar que termos como *dyke* e o uso da categoria *gay* em referência a mulheres demonstram a inserção num circuito internacionalizado bastante presente entre as *modernas* e as *meninas do rock*, sendo que *dyke* tem seu uso praticamente restrito a esse último grupo.

Entre as mulheres com mais de 35 anos que foram relacionadas a estratos populares, a frequência ao circuito noturno fora do bairro é ocasional e concentrada na região do Bixiga, e a categoria mais citada é a de *entendida*. Essa classificação aparece com menor frequência entre as mais jovens do mesmo estrato social e entre algumas das que se enquadrariam num estrato médio-baixo. Tal categoria, ainda que não aplicada à própria entrevistada, não chega a ser citada entre mulheres de estratos médios, a não ser por uma jovem jornalista, moradora de um município vizinho a São Paulo e frequentadora do circuito moderno, em referência aos bares que existem onde mora, nos quais critica a predominância da *díade caminhoneira/lady*.

Outro traço que parece envolver diferenças socioeconômicas e geracionais é o modo como as classificações autoatribuídas lidam com a estigmatização relacionada às preferências sexuais. De modo geral, a categoria utilizada tende a variar de acordo com a circunstância e o interlocutor. Assim, em determinados contextos ganham espaço termos mais descritivos como *mulher que gosta de mulheres* ou que *transa mulheres*; em outros, prevalecem os termos de aparência “mais séria” e “distanciada” como *homossexual*; ainda, o termo *entendida* é utilizado quando a estratégia usada é suavizar o impacto da informação sobre a sexualidade para o receptor ou falar apenas “para quem entende”. Alguns desses termos são usados de modo intercambiável por uma parcela das mulheres entrevistadas, sendo a escolha determinada pelo contexto.

Esse modo de lidar com o estigma pareceu válido para a maior parte das entrevistadas quando se trata de um interlocutor desconhecido ou que sabidamente pode ter dificuldades com o tema. No entanto, uma estratégia diferente foi adotada predominantemente por aquelas que têm mais contato com as ideias do movimento

GLBT, que usam a categoria *lésbica*, e especialmente pelas mais jovens de estratos médios ou médios-altos. Entre estas últimas ganham espaço estratégias de valorização e afirmação daquilo que é estigmatizado, como no caso do uso de termos como *dyke*¹³ ou *sapatão* entre as jovens de classe média que compõem a rede das *riot grrrls* ou *minas do rock*. A exemplo da utilização positiva do pejorativo *queer*¹⁴ nos Estados Unidos ou da atribuição de valor positivo ao termo *bicha* por integrantes do início do movimento homossexual no Brasil (MACRAE, 1985), as garotas do *rock* muitas vezes veem no uso do termo *sapatão* a atribuição de valor positivo a um termo estigmatizado, uma espécie de afronta ao preconceito e à discriminação e de esvaziamento de sentido dos termos tidos como ofensivos. O termo *dyke* atua da mesma maneira, mas traz referências a contextos internacionais com os quais algumas das meninas do *rock* têm contato, seja pela realização de turnês com as bandas no exterior ou pelo acesso a *sites* e fóruns relacionados ao movimento de *riot grrrls*. *Dyke* ainda é categoria pouco popularizada, o que ajuda a determinar quem é “de dentro” ou “de fora”, ou seja, quem compartilha referências comuns.

Vale ressaltar que a categoria *sapatão* foi apontada por quase todas as entrevistadas como aquela a partir da qual recebem agressões verbais mais ou menos frequentes. Estas agressões são dirigidas às que apresentam uma aparência menos feminina mesmo quando sozinhas e às mais femininas quando acompanhadas. Outro exemplo de reapropriação de termos estigmatizados é a categoria *sapa*, derivado de *sapata* ou *sapatão*, que em boa parte das vezes lança mão de doces imagens de sapinhas com laçarotes na cabeça e/ou longos cílios e lábios pintados, e inclusive venceu recentemente uma enquete no *site* Mix Brasil sobre “o termo mais fofo e elegante para designar homossexuais femininas”.¹⁵

É importante, ainda, apontar outro traço mais presente entre as mulheres de estratos médios: o uso de classificações que desafiam o princípio de coerência entre práticas e identidades, que é especialmente valorizado pela maior parte das entrevistadas e expresso por meio da rejeição a categorias aparentemente intercambiáveis, tais como: *bissexuais*, *indecisas*, *aventureiras* e mulheres *que querem experimentar*. Entre as mais jovens, essa dissociação se expressou mais frequentemente, pela afirmação da categoria estigmatizada, *bissexual* e, com menos frequência, por meio do uso de termos descritivos como *gosto de mulher* ou *gosto de ambos os sexos*, que ganham aí uma conotação que se distancia das estratégias para amenizar estigmas, aproximando-se mais da evitação dos rótulos e da preservação da liberdade individual descrita por Maria Luiza Heilborn (1996) ao abordar os dilemas envolvendo a tensão entre o ser e o estar homossexual. Entre as mais velhas, a distinção se manteve entre *homossexuais* ou *lésbicas* e *heterossexuais*. O uso da categoria *heterossexual* ocorreu

¹³ O equivalente em inglês a “sapatão”, de cunho pejorativo.

¹⁴ Um dos significados da palavra equivaleria a “viado”, sendo utilizada de forma pejorativa.

¹⁵ <http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/13_180_63158.shtml>. Acesso em 03 out. 2007.

em dois casos. O primeiro foi o de Débora, uma psicóloga de 39 anos que, no passado, quando se relacionava com uma mulher *masculinizada*, classificava-se como *sapatão*, opondo-se ao *politicamente correto* e, estando numa relação heterossexual no momento da entrevista, ainda que não descartasse voltar a se relacionar com uma mulher, optou por uma classificação situacional. O segundo foi o de Sílvia, uma mulher de 50 anos que integra uma rede estruturada em torno da prática sadomasoquista. Essa entrevistada elabora uma distinção entre *opção sexual*, que aplica à prática de sexo nas relações *baunilha*,¹⁶ e seu *papel/status* de *rainha dominadora*, reservado às *cenar* que associam erotismo e o desejo de *vergar* um outro que *não vem pronto e rastejante*. Sua *opção sexual* é *heterossexual*, mas seu interesse erótico por dominar é mais intenso quando o(a) parceiro(a) resiste ao desejo de entrega, o que, segundo ela, ocorre mais entre as mulheres.

Além da proliferação de categorias entre as jovens de estratos médios, o uso da categoria *entendida* talvez aponte pistas para se começar a pensar no impacto das mudanças sociais esboçadas no início deste texto em relação ao modo de classificar a (homo)sexualidade feminina. Identificada por Carmem Dora Guimarães (1977) numa rede de homens homossexuais de estratos médios do Rio de Janeiro nos anos 1970 e citada por Fry (1982) como categoria de identidade a partir da qual se estruturava o modelo moderno, essa categoria já existe há algumas décadas no universo homossexual paulistano, como atestava Perlongher (1987) observando o uso do termo “entendido” entre homossexuais do sexo masculino. Na pesquisa realizada na Parada do Orgulho GLBT de São Paulo em 2005, assim como já ocorrera naquelas realizadas em anos anteriores no Rio de Janeiro, os dados indicavam uma mudança no perfil dos que se classificavam a partir dela:

A categoria “entendido(a)” é mais comum entre o(a)s com nível de escolaridade menor: 9,7% do(a)s que tinham ensino fundamental declararam-se “entendido(a)s”, contra apenas 2,3% do(a)s que tinham ensino superior e 1,5% do(a)s pós-graduado(a)s. É mais comum também entre as mulheres: enquanto 3,2% dos homens homossexuais declararam-se “entendidos”, 15,1% das mulheres fizeram o mesmo. (CARRARA et al., 2006, p. 27)

A menor atenção dedicada pelas pesquisas antropológicas brasileiras à taxonomia da sexualidade feminina dificulta dimensionar se a categoria *entendida* pode ser tomada como um equivalente feminino do *entendido*. A partir de pesquisa realizada em Porto Alegre entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, Luis Octávio Rodrigues Aquino relata que suas entrevistadas não chegaram a atribuir o termo a si mesmas, mas, à época da escrita do artigo, o termo já era utilizado fora dos limites das redes ou espaços “lésbicos”, definindo “não só a possibilidade de relacionamento igualitário entre duas mulheres, como aquela lésbica sem ‘características masculinas’

¹⁶ A categoria *baunilha* se aplica a relações que não se estabelecem em torno da prática sadomasoquista. Para essa entrevistada, em particular, relações sadomasoquistas não incluem a prática de sexo, que entende por práticas que envolvem penetração.

marcantes e integrante das camadas médias e altas da sociedade” (AQUINO, 1995, p. 90). Além disso, funcionava também como “qualificativo social” aplicável aos locais de frequência, emprestando-lhes uma aura de “intelectualidade, bom gosto e refinamento”. Outra pesquisa, realizada por Andrea Lacombe em 2004, encontra a categoria *entendida* num grupo de mulheres, ora referidas como “das camadas baixas”, ora como “das chamadas classes trabalhadoras”, que se reúnem num bar a meio termo entre boteco e barzinho GLS na região central do Rio de Janeiro. A expansão para fora dos limites do gueto elitizado registrada por Aquino e o uso que se faz dessa categoria atualmente entre mulheres de estratos populares e médios-baixos parece autorizar a interpretação de que sua presença nesses estratos talvez seja fruto da “relação hierárquica” (CARRARA; SIMÕES, 2007), identificada por Fry, entre os dois modelos ideais, o “igualitário”/“moderno” e o “hierárquico”/“tradicional”.

Praticamente banida do estrato social que lhe deu origem, essa categoria deu lugar a outras que se multiplicam. Essa multiplicação parece ocorrer a partir da mesma lógica de diferenciação apontada por Fry (1982) que, para o desapontamento dos que gostariam de ver fortalecida a “visibilidade lésbica”, apenas parece tomar categorias de referência à sexualidade como linguagem para a expressão de outras diferenças, como veremos adiante.

Diferenciações: abjeção e desejo

Ao nos debruçarmos sobre as categorias invocadas com a finalidade de diferenciação ou de acusação, e dirigidas a outras mulheres que gostam de mulheres, percebe-se que, dentro do próprio “universo” de sujeitos, muitas vezes situados a partir do campo da abjeção nas convenções a respeito de gênero e sexualidade, são recriados os lugares da abjeção e do desejável. Ainda que percebam sua própria sexualidade como não condenável, as entrevistadas tendem a estabelecer limites para o que consideram legítimo/aceitável. Embora haja variações entre as maneiras de traçar tal limite entre a ordem e o que conformaria seu exterior constitutivo,¹⁷ há também certas regularidades no modo como é traçado. Alguns destes limites, como a *masculinização* e a *bissexualidade* remetem à ambiguidade, sendo investidos de poderes e associados a noções de risco e perigo (DOUGLAS, 1976). Por outro lado, as questões invocadas na atribuição de poderes ou riscos remetem às convenções do próprio grupo que as invoca mobilizando um campo de questões que geram tensão: classe; gênero e gramática corporal – ter uma aparência *mais masculinizada* ou *feminina*; atividade e passividade; ter sexo exclusivamente com mulheres ou não; e ocultar ou demonstrar socialmente suas preferências homoeróticas.

¹⁷ A ideia de um exterior constitutivo em relação à ordem ou a uma norma aparece em Butler (2002), mas, como lembram Carrara e Simões (2007), já estava presente em Douglas (1976).

A *bissexualidade* nega “a inevitabilidade da fronteira que separa os ‘homossexuais’ dos ‘heterossexuais’ [colocando] em questão a própria noção de uma identidade homossexual que, para muitas pessoas, representa um modo de dar ordem às suas vidas, cheio de possibilidades de gratificação e muitas vezes ‘assumido’ a duras penas” (FRY; MACRAE, 1983, p. 120). Como acusação, se aplica principalmente a quem não nega o desejo pelo outro sexo ou a possibilidade de transpor esse desejo para o plano da prática, apesar de estar numa relação com alguém do mesmo sexo. É justificada a partir de raciocínios em que *o homem* é visto como *promíscuo* e *sujo*, e a mulher que mantém relações sexuais com homens – como se contaminada pela desqualificação moral que a eles se aplica – é apontada como fonte de riscos emocionais e de saúde, e situada a partir de categorias como *curiosa*, *não confiável* e *aventureira* por oposição a expressões como *lésbica mesmo* ou *sapa-sapa*. Assim, a categoria *bi* remete também a poderes que poderiam ser descritos em termos de capacidade de sedução, de flexibilidade e de obter gratificação sexual ilimitadas, bem como de imunidade em relação às possibilidades de apaixonamento e de passar por experiências de discriminação e violência, com o que acaba por se aproximar mais da categoria popular *gilete* do que da categoria *bissexual* do pensamento médico-científico.

No que se refere a questões de classe ou *status* social, é frequente, em especial entre as mulheres de estratos médios e médios-baixos, a manipulação do estigma relacionado à homossexualidade pela exibição de sinais de potencial de consumo ou *refinamento*, que combina elementos relacionados a distinções de classe ou *status* e convenções de gênero e sexualidade. Nesta direção, as estratégias que envolvem a “administração do segredo” quanto às preferências eróticas nas relações estabelecidas com as famílias de origem e o mercado de trabalho apontam uma possível conexão entre, por um lado, relações caracterizadas menos pelo rompimento do que pelo desejo de aceitação e manutenção da convivência e, por outro, a rejeição da *masculinização* e a valorização da *discrição*.

Assim, as *masculinizadas*, quase sempre citadas como “outras” relativamente distantes, foram criticadas por tornarem socialmente visíveis suas preferências eróticas, de modo que poderia tornar-se *perigoso*, sendo acusadas de *procurar chocar* ou *agredir* com sua aparência e, com isso, *depor contra a imagem* de todas as mulheres que têm práticas homoeróticas. A elas se atribui também uma ameaça aos limites entre hetero e homossexualidade, *reproduzindo o modelo heterossexual*. Nessa direção, é comum, especialmente entre as mulheres que se identificam como *lésbicas*, *entendidas* ou *mulheres que gostam de mulheres*, comentários como “se eu quisesse um homem, procuraria um de verdade”, reservando às *masculinizadas* um lugar que poderia ser descrito como o de um “homem falhado” e, paradoxalmente, poderes relacionados à força física, sedução, desempenho sexual e apetite sexual descomunal.

Numa variante ainda mais rejeitada, a *masculinização* coincide com um comportamento sexual exclusivamente *ativo*, sendo caracterizada a partir de estereótipos associados a homens, como violência, rudeza e desleixo, além de outros que remetem a desajustes pessoais e/ou má relação com o próprio corpo e que impediriam de valorizar a reciprocidade num contexto em que construção conjunta, possibilidade de compartilhamento e troca são expectativas fundamentais no relacionamento afetivo-sexual.

O fato de que as acusações mais explícitas contra *masculinizadas* e *bissexuais* tenham partido de mais da metade das entrevistadas que se classificaram a partir de categorias como *entendida*, *lésbica* e *homossexual* – incluindo as mais jovens de estratos populares, todas as identificadas como estratos médios-baixos, bem como as mais velhas e algumas das jovens de estratos médios – diz menos a respeito das próprias mulheres do que a respeito do “mundo” em que vivem. Nesse “mundo”, o reconhecimento da existência e da distinção entre homo e heterossexuais e concepções igualitárias não são mais “privilégio de elite”. Atitudes acusadas de *chocar* ou *transgredir* fronteiras são reservadas a quem pode, por estar fora do olhar cotidiano, recolhida à vivência “respeitosa” no bairro distante, na porção do circuito que ainda é “gueto”, “fora do meio” ou para quem alia poderes conferidos por convenções relativas a classe e geração. Talvez não seja à toa que iniciamos a parte sobre classificações falando em “invisibilidade” e em estilos.

Ao falar em “tensões libidinais”, Perlongher (1987) nos lembra que os mesmos eixos em torno dos quais se estabelecem diferenciações sociais – gênero, idade, raça, classe – também orientam o desejo. Nesta direção, apesar de classe e geração orientarem a distribuição espacial dos sujeitos no circuito e estarem relacionadas ao modo como as categorias se distribuem no conjunto de entrevistadas, são poucas as referências a classe ou geração quando se fala de parceiras mais ou menos desejáveis. A alocação de termos específicos para designar diferenças de classe ou de idade no interior do “universo” formado por mulheres que gostam de outras mulheres é pouco frequente. No entanto, as expectativas relacionadas a relações homogâmicas e/ou igualitárias são expressas por meio de ideias como “deve ter um bom papo, que permita trocar experiências”, “deve ter interesses parecidos”, e a resistência a diferenças geracionais aparecem marcadas pelas ideias de “maturidade” e interesse numa relação mais estável.

Sérgio Carrara e Silvia Ramos (2005) apontam, em pesquisa quantitativa realizada na Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro, que as mulheres que se identificaram a partir de categorias que remetem à homossexualidade são muito mais flexíveis do que os homens que se identificam de modo semelhante no que diz respeito a características esperadas de possíveis parceiros/as do mesmo sexo. Perguntadas sobre a preferência por parceiras a partir de idade, instrução, nível econômico,

cor e atributos de gênero, a maior indiferença diz respeito a cor – 75,2% se disseram indiferentes –, enquanto os atributos de gênero parecem desempenhar um papel fundamental na escolha de parceiras, de modo que confessar o desejo por *mais masculinas* parece ser coisa para poucas – 8,9%.

Nas entrevistas desta pesquisa também foi evidente um silêncio em torno da questão racial. Além de um efeito de “branqueamento” na autoclassificação por cor/raça, aparecem poucas referências a essa questão. Entre mulheres jovens de estratos médios, foi comum encontrar o uso da categoria *negra* na autoclassificação e a referência a episódios de discriminação racial entre as que se classificaram desse modo. No entanto, entre as que se consideraram *brancas*, um comportamento “politicamente correto” tendia a negar de antemão qualquer possibilidade de reconhecimento a partir de uma categoria referente a cor/raça ou de falar a respeito da existência de diferenças marcadas por cor/raça no cotidiano mais próximo. Nas falas a respeito de preferências com relação a potenciais parceiras, por vezes categorias como *loiras*, *morenas* e *brancas* apareceram, mas as entrevistadas não conseguiam tecer qualquer consideração sobre o que despertava o desejo por um ou outro tipo de mulheres. Além da presença de mais brancas nos espaços frequentados majoritariamente por mulheres de estratos médios e de mais pardas e pretas nos espaços populares, diferentes justificativas apareceram nas duas redes em que pretas e pardas são presenças raras.

Entre as *meninas do rock*, a composição do estilo – cujas referências vindas dos Estados Unidos e Europa privilegiam uma estética marcada pelo contraste entre pele branca e muito tatuada e cabelos escuros lisos e desfiados, muitas vezes com mechas de cores diferentes – poderia ser pouco adaptável ou atraente para meninas que não tenham cabelos lisos, pele clara ou contato muito próximo com essas referências musicais e de estilo. Na rede sadomasoquista, povoada por *rainhas* ou *mestres* e seus/ suas *subs* ou *escravo(a)s* que transpõem para o campo erótico relações de dominação existentes no cotidiano, Sílvia, uma *rainha* de 50 anos, diz que a rara presença de pretos/as e pardos/as pode ter “a ver com a carga de um país que teve escravatura, a carga de que o negro é inferior”. Diz também que essa relação desigual algumas vezes chega a mobilizar fantasias, que, no entanto, não chegam a se concretizar na maioria dos casos. Márcia – uma mulher de 44 anos, servidora pública como técnica em enfermagem e namorada de uma mulher branca um pouco mais jovem, que, assim como ela, é iniciada no candomblé há mais de 20 anos – fez referência a seu corpo de formas exuberantes, como algo negativo, um “corpo de negra, que atrai os homens”, apontando para relações onde cor/raça parece se combinar com outros marcadores sociais, a exemplo de estilos, padrões de beleza e poder de consumo na constituição de diferenças racializadas.

A *feminilidade* – referida na maior parte das vezes como algo natural, por oposição à *masculinização*, citada sempre como algo que se agrega a uma suposta

natureza –, além de muito citada nas falas sobre a preferência por potenciais parceiras –, indica a importância que questões relacionadas a gênero assumem tanto na constituição da identidade – através das inúmeras formulações de uma questão várias vezes repetida: “afinal que mulher sou eu que gosta de transar outras mulheres?” – quanto na proliferação de categorias e estilos numa gradação que vai da *perua* à *sapatão*. Se gênero já era uma questão antes da popularização da distinção entre homo e heterossexualidade, produzindo *sapatões* e *mulheres*, *fanchonas* e *ladies*, com a popularização da dissociação entre gênero e sexualidade,¹⁸ gênero parece assumir o lugar a partir do qual outras diferenciações são inscritas nas falas a respeito de sexualidade.

Assim, a maior parte das entrevistadas situa-se a partir da ideia de que são *mulheres que amam/desejam outras mulheres* – entendendo que, para isso, *não é necessário ser masculinizada* – e buscam parceiras que se orientam a partir da mesma concepção. Enquanto isso, as que evocam a ideia de *masculinização* para falar de si mesmas e/ou valorizam distinções relativas a *masculinidade* e *feminilidade* na composição de suas parcerias sexuais e/ou afetivas passam a ocupar um lugar de exterior constitutivo. A composição do par a partir da valorização da distinção entre *masculina* e *feminina*, embora criticada, acaba aparecendo em todos os segmentos de classe e geração, lado a lado com uma minuciosa gradação da masculinidade aceitável e com a circunscrição da diferença ao campo do erótico, distinguindo-a de concepções hierarquizadas de gênero no cotidiano do casal.

Assim, Teresa – uma entrevistada de 42 anos, corretora de imóveis com formação universitária na área de artes e recentemente separada de seu segundo “casamento” com uma mulher – tenta transpor em palavras o que mobiliza seu desejo:

Teresa: Eu acho que todo mundo tem que ser feliz do jeito que quer. Eu particularmente não gosto de mulher feminina, não gosto de mulher parecida comigo. Eu sei que atualmente há muito preconceito no meio contra as masculinizadas, mas acho que, como em qualquer relacionamento, você tem que se relacionar amorosamente e sexualmente do jeito que se sentir melhor. É uma coisa muito natural pra mim, eu gosto de diferença, eu gosto de achar que não estou com uma pessoa igual a mim. E, assim, uma pessoa que de uma certa forma te domina, entre quatro paredes. Uma forma de dizer, né?

Regina: Então, a coisa de ativa e passiva entra nisso?

Teresa: É, não é exatamente atiiiva e passiiiiiva, né? É mais assim, acho que é um... como vou te explicar? Sei lá uma preliminar, não sei... É difícil explicar isso: se você fizer uma análise profunda, tudo é mulher, né? Mas existe uma diferença, eu acho que é uma forma mais interessante de me relacionar, entendeu? Uma pessoa que vai ser diferente de mim, que

¹⁸ Edward MacRae (1990) e Gláucia Almeida (2005) apontam a rejeição da *masculinização* como estratégia adotada por militantes lésbicas em dois diferentes momentos históricos, no final dos anos 1970 e no começo do século XXI.

não vai catar meu batom, se bem que eu pouco uso, meu brinco... e isso pra mim, sei lá, é fundamental...

Entre as mais jovens, personagens que unem gradações específicas de masculinidade ou feminilidade à irrelevância da atividade/passividade e à valorização de relações cotidianas igualitárias ganham nomes que se têm popularizado como no caso de um casal de mulheres (Andréia e Mara, 23 e 25 anos, respectivamente, estudante de técnico em enfermagem e técnica formada na mesma profissão, moradoras de um município vizinho a São Paulo) que referiu uma distinção que parece mais popular no interior de São Paulo: de um lado a *opção sexual – entendida*, no caso da primeira, e *homossexual*, no caso da segunda –, de outro, o que chamam de *estereótipo – moranguinho e abacate*, que estaria mais ligado à aparência e aos elementos da performance de gênero que mobilizam eroticamente. Assim como *abacate* e *moranguinho*, outras categorias têm surgido recentemente em torno do desejo que inclui pares organizados em torno da diferença de atributos de gênero: no Orkut, atualmente existem várias comunidades, frequentadas por garotas de até 25 anos, dedicadas às *bofinhos* e suas admiradoras. Numa dessas comunidades, chamada “bofinhos modernos”, a descrição procura separar as integrantes dos estereótipos que relacionam “masculinas” a relaxo ou violência: “Voce é um BOFINHO mais que masculino? É sempre educado, romantico, cavalheiro, apaixonado e quer fazer de sua lady a mulher mais feliz desse mundo? Se voce usa roupas modernas, é fashion, cheiroso, se cuida, adora acessorios transados... Aki é o seu lugar” (sic.). Ainda nestas comunidades, as enquetes sobre atividade e passividade apontam para uma maioria que considera que um *bofinho* pode ser passivo com sua *lady*. Por outro lado, este tipo de diferenciação entre “orientação sexual” e atributos de gênero guarda semelhanças com a recente distinção dos ativistas GLBT entre “orientação sexual” e “identidade [e/ou] expressão de gênero”.

Entre as jovens de estratos médios, a proliferação de categorias e mesmo os estilos tematizam os atributos de gênero e as possibilidades de composição do par. Assim, entre as *modernas*, que parecem preferir o termo *sapa*, encontra-se o ideal de um casal formado por parceiras que estejam situadas num ponto médio entre masculino e feminino, com valorização da androginia e ampla rejeição de *peruas* – as hiperfemininas que frequentam outras boates e constituem pares entre si – e de *caminhoneiras* – categoria associada a *vulgaridade*, brigas, violência e a mulheres mais pobres e/ou mais velhas. Entre as *minas do rock*, que transformaram a categoria *dyke* num quase delimitador de quem integra o grupo e articulam um tipo de feminismo em que a solidariedade entre as mulheres do grupo é fundamental, o grau de masculinidade ou feminilidade é irrelevante, desde que adequados ao estilo, e todas as composições por atributos de gênero das parceiras são possíveis, inclusive o par “masculina”/“masculina”, que tem entre elas o único lugar de aceitação e valorização percebido no campo.

* * *

De volta aos sistemas de classificação e aos 20 anos que nos separam da publicação do livro de Perlongher, categorias como *dyke*, *sapa*, *feminina*, *perua*, *caminhoneira*, *bofinho*, *ladyinha* emergem como mais do que gírias locais ou vocabulários específicos de grupos, remetendo a processos de diferenciação que mobilizam outros marcadores sociais de diferença, especialmente classe e idade, por vezes compondo determinados estilos a partir da combinação com itens de vestuário, estética corporal, música e ideologias políticas. Imbricadas com diferenciações de classe e gênero, as diferenças de cor/raça seguem de modo silencioso, aparecendo menos no discurso do que na delimitação de lugares e estilos: não deve ser por acaso que quase não se encontra brancas entre os *bofinhos* e as *ladyinhas* que dançam samba, *axé*, *funk* e *black music* na Gruta ou que garotas “orientais” só tenham sido vistas nos espaços mais elitizados. No caso das jovens, entre as de estratos médios e médios-altos em especial, as categorias parecem se referir a diferenciações de classe e geração e disputas intraclasse entre diferentes estilos de vida e a seu potencial de responder às mais diferentes demandas em torno da questão sobre o tipo de mulher que gosta de outras mulheres.

A popularização da categoria *entendida*, sobretudo em seu entrecruzamento com a rejeição a *bissexuais*, sugere pensar numa popularização de elementos do modelo ideal “moderno” ou “igualitário” (FRY, 1982). Isso ganha lugar num contexto em que a distinção entre hetero e homossexualidade parece estar bem estabelecida, em que concepções igualitárias têm sido largamente divulgadas – inclusive pela mídia – e apropriadas por diferentes segmentos sociais, e em que concepções psicologizadas sobre a homossexualidade, como *assumir-se*, *ser resolvido(a)* e ter uma *boa auto-estima*, têm-se expandido com a onda de “visibilidade positiva” iniciada nos anos 1990. No entanto, se há uma proliferação de categorias que não se diferenciam a partir da oposição atividade/passividade, estas partem de gradações minuciosas de masculinidade e feminilidade para expressar diferenciações de classe e idade e compor estilos. Encontramos ainda modos de classificação em que “orientação sexual” e categorias que fazem referência a atributos de gênero se desdobram na classificação da sexualidade. Tudo parece se mover em relação a um exterior constitutivo que lembra personagens do modelo “tradicional” ou “hierárquico”. Aí, sujeitos que borram os limites entre heterossexualidade/homossexualidade e masculino/feminino articulam elementos como medo da rejeição, afirmações de sua *sensibilidade* e valorização da *sinceridade* e do *companheirismo* por oposição a longas histórias que falam de “galanteios” e de “explorações”.

Abstract: *This study is a result of ethnographic research conducted between 2003 and 2008 with women who have affective and/or sexual*

relationships with other women, primarily in the city of São Paulo. The analytical focus is based on how difference is produced considering the distribution of these women in a circuit of venues in different areas of the city and the categories of classification used to talk about sexuality by them. The field research was conducted in order to obtain a field as diverse as possible on variables such as class, gender, race/color and sexual-affective trajectories and identities. Aiming to achieve this goal, an ethnographic observation was conducted in the commercial circuit of leisure where these women could be found and also in private spaces of sociability. The ethnographic observation was complemented by in-depth interviews. This article brings again some of the first theoretical approaches of Brazilian Social Sciences to homosexuality, observing some aspects which turn possible an approximation between them and the contemporary feminist theory of a post-structuralist inflection. The analysis also approaches the efforts of the Brazilian anthropological literature of 1980s in order to a better understanding of the articulation between sexuality and other social hierarchies, emphasizing the intersection among axis of social differentiation.

Keywords: lesbians; sociability; sexuality.

(Recebido em outubro de 2008 e aprovado para publicação em novembro de 2008.)

Referências

- ALMEIDA, G. E. S. de. *Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade da infecção por DST e Aids*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)–Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- AQUINO, L. O. R. Discurso lésbico e construções de gênero. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 79-94, 1995.
- AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.
- BRAH, A.; PHOENIX, A. Ain't I a woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 75-86, May 2004.

- BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CARRARA, S.; RAMOS, S. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.
- CARRARA, S.; SIMÕES, J. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 28, p. 65-100, jan./jun. 2007.
- CARRARA, S. et al. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo: uma análise dos conceitos de poluição e tabu*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FACCHINI, R. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FRANÇA, I. L. *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- _____. Sobre "guetos" e "rótulos": tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 28, p. 227-256, jan./jun. 2007.
- FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.
- FRY, P.; MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GUIMARÃES, C. D. *O homossexual visto por entendidos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 22, p. 201-246, jan./jun. 2004.
- HEILBORN, M. L. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- LACOMBE, A. "Pra homem já tô eu": masculinidades e socialização lésbica em um bar no centro do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, jun. 2002.

- LEVINE, M. P. *Gay men: the sociology of male homosexuality*. Nova Iorque: Harper & Row, 1979.
- MACRAE, E. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990.
- MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.
- McCLINTOCK, A. *Imperial leather: race, gender and sexuality in colonial contest*. New York: Routledge, 1995.
- PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAMOS, S. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, M. P. et al. *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. Do "gueto" ao mercado. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005.
- VEGA, A. P. *Sexualidades em contexto urbano: uma análise da desconstrução de signos de identidade sexual entre jovens em São Paulo*. Relatório de qualificação, Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.